



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA PMMA

Francisco Lacerda Brasileiro
Prefeito Municipal

Ângela Luzia Borges de Meira
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Realização

Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA

Coordenação

Câmara Técnica de Meio Ambiente do CODEFOZ
Observatório Educador Ambiental Moema Viezzer - OEAMV
Universidade Federal da Integração Latino-americana – UNILA

Pesquisa

Juan Nestor Orgaz Espinoza – OEAMV/UNILA
Shirley Barros Felipe - OEAMV/UNILA

Organização inicial

Luciana Mello Ribeiro – OEAMV/UNILA e CT de Meio Ambiente do CODEFOZ

Revisão técnica e versão final

Secretaria Municipal de Meio Ambiente
André Hipólito Xavier
Lara Helena Pires Vieira
Luís Carlos de Souza Guimarães
Roseli Barquez Alves de Assis

Colaboração

Domingos da Costa Ferreira Júnior - SMMA

Fernando Souza - ICC

Laryanne Naiara Rodrigues - OEAMV/UNILA

Letyza Reis Lima da Silva – OEAMV/UNILA

Marcela Stüker Kropf – OEAMV/UNILA

Maria Noel Clerici Hirschfeld – OEAMV/UNILA

Mishel Ibañez - OEAMV/UNILA

Julcimar Viapiana - SMSP

Pedro Fogaça - ICC

Sabrina Liza Athayde Silva - SMMA

Suellen Oliveira – OEAMV/UNILA

Apoio

Coletivo Educador de Foz do Iguaçu – CEMFI

SOS Mata Atlântica / ANAMMA – Projeto EUROCLIMA

Conselho Municipal do Meio Ambiente de Foz do Iguaçu - COMAFI

Câmara Técnica Permanente de Fauna e Flora do COMAFI:

Anderson Cardoso Querino - COAAFI

Marcelo Penayo de Melo - ADERE

Michel Varajão Garey - UNILA

Roseli Barquez Alves de Assis - SMMA

Pedro Fogaça - ICC



HISTÓRICO

2014

- ✓ A ADERE participa de curso promovido pela SOS Mata Atlântica;
- ✓ ADERE Apresenta a proposta de elaboração do PMMA para o COMAFI;
- ✓ 1ª reunião de mobilização social coordenada pela ADERE e Câmara Técnica de Meio Ambiente do CODEFOZ com a presença de 16 instituições e a equipe da Ambiental Consulting;
- ✓ Câmara Técnica de Meio Ambiente do CODEFOZ, passa ser organizadora do processo, busca novos parceiros e dá início às reuniões de diagnóstico;
- ✓ UNILA inicia o levantamento de dados e a mobilização de pessoas, vinculando as ações a seus projetos de pesquisa e de extensão, respectivamente. Com reuniões ao longo de 2014 e 2015.

2016 e 2017

- ✓ UNILA por meio do Observatório Educador Ambiental Moema Viezzer (OEAMV) inicia pesquisa de diagnóstico para identificar áreas prioritárias para conservação e recuperação, seus vetores de pressão, e de documentos relacionados à gestão do território e sua compatibilidade com o PMMA;

2018

- ✓ A equipe técnica do OEAMV apresentou o documento final do diagnóstico das áreas prioritárias e vetores de pressão, recebendo sugestões do grupo Restaura Foz.



HISTÓRICO CONTINUAÇÃO...

2019

- ✓ OEAMV em colaboração com outras entidades, realizou uma oficina de validação social do diagnóstico.

2020

- ✓ Equipe técnica da SMMA faz a revisão do diagnóstico e realiza: a inclusão de dados atualizados; adiciona áreas de interesse do PMMA, além de ampliar e unificar áreas já propostas; inclui as estratégias de ação, monitoramento e indicadores, bem como informações relativas a planos e projetos municipais que tenham relação com o PMMA;
- ✓ Análise e parecer do PMMA pela Câmara Técnica Permanente de Fauna e Flora do COMAFI;
- ✓ Aprovação do PMMA pelo COMAFI na 11ª Reunião Ordinária – Biênio 2019/2020.
- ✓ Instituído pelo Decreto Municipal nº 28.348 de 27 de julho de 2020 – Publicação em DO nº 3.933 de 05 de agosto de 2020.



OBJETIVOS

Objetivo Geral:

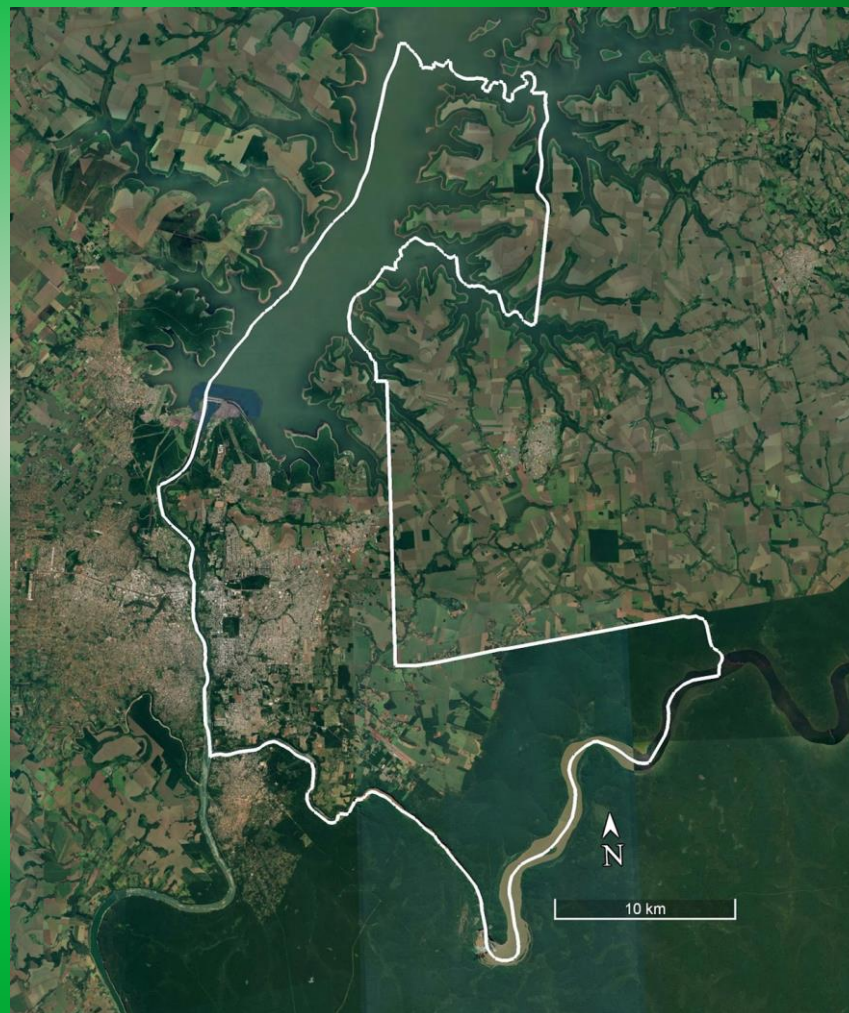
- ☐ Estabelecer estratégias para a proteção da Mata Atlântica por meio da conservação dos fragmentos de vegetação nativa e da recuperação de áreas degradadas.

Objetivos Específicos:

- ☐ Diagnosticar a situação do município quanto aos fatores que influenciam o bioma;
- ☐ Definir a visão futura do município referente à preservação e recuperação dos remanescentes da floresta de mata atlântica de Foz do Iguaçu;
- ☐ Propor plano de ações de preservação e recuperação dos remanescentes locais;
- ☐ Definir ações de monitoramento do Plano Municipal de Mata Atlântica.

DIAGNÓSTICO

1. **Primeira dimensão -**
Situação atual dos remanescentes
1. **Segunda dimensão -**
Vetores de pressão
1. **Terceira dimensão -**
Capacidade de gestão
1. **Quarta dimensão -**
Planos, Programas e Projetos





DIAGNÓSTICO

1. Primeira dimensão - Situação atual dos remanescentes.

- a) Levantamento de remanescentes:** 19.412,45 ha (45%) de cobertura vegetal.
- b) Situação de risco e fragilidade ambiental:** (i) inundações graduais e (ii) movimentos em massa de deslizamento.
- c) Fauna e Flora:** Necessidade de elaboração de lista oficial.
- d) Áreas protegidas em propriedades rurais:** Necessidade de análise do CAR (649 imóveis, 14570,4 ha , 24%).
- e) Áreas protegidas urbanas:** Sugestão de criação de parques urbanos.
- f) Unidades de conservação:** PNI (única UC Federal no município, 22,4%).
- g) Populações tradicionais:** Não há reservas quilombolas ou indígenas, atualmente, no município.
- h) Atrativos naturais, histórico-culturais, arqueológicos:** destacam-se o Marco das Três Fronteiras e o Templo Budista, cachoeiras encontradas em fragmentos de vegetação.



DIAGNÓSTICO

2. Segunda dimensão - Vetores de pressão

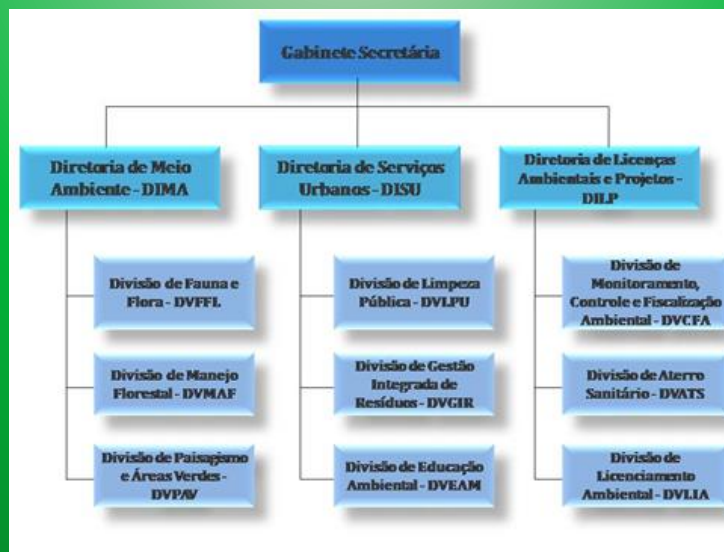
Principais Vetores	Potenciais problemas (futuros)
Expansão imobiliária urbana regular	(i) extermínio da vegetação nativa no município, (ii) aumentar vulnerabilidade do PNI à distúrbios externos.
Expansão irregular urbana de imóveis	(i) ocupação de remanescente.
Infraestrutura de transporte	(i) intensificar a fragmentação de remanescentes e (ii) comprometer sua viabilidade.
Infraestrutura de saneamento	(i) provocando desastres e perdas (humanas e materiais), (ii) ameaças às áreas próximas aos pontos afetados.
Atividades agropecuárias	(i) diminuição considerável da vegetação.
Atividades industriais	(i) qualidade do ar e a qualidade da água, não somente para as comunidades biológicas como também para a população em geral.
Serviços e Turismo	(i) ameaças aos remanescentes que se situam ao redor do PNI.
Gestão Municipal	(i) a ausência de parcerias (singularidade do município) pode levar a lentidão para execução de planos, programas e projetos.



Diagnóstico

3. Terceira dimensão - Capacidade de gestão

- a) SMMA:** Recente reformulação com contratação de novos técnicos (3 biólogos, 2 engenheiras ambientais, 2 engenheiros químicos e 1 geóloga, 1 engenheiro agrônomo atuando na vigilância sanitária).
- b) Possíveis parceiros:** (i) Instituições de Ensino Superior (IES) de Foz do Iguaçu, (ii) Conselhos, Comitês e Coletivos, (iii) Terceiro Setor; (iv) Órgãos Públicos.
- c) Legislação:** (i) Nível municipal (Ex. Código ambiental, Política de meio ambiente, Lei de Zoneamento, Plano de Arborização, PDDIS), (ii) Nível Estadual (Ex: Diversas resoluções CEMA e SEDEST), (iii) Nível Federal (Ex: Código Florestal, Lei da Mata Atlântica).





Diagnóstico

4. Quarta Dimensão - Planos, Programas e Projetos

- PLANO DIRETOR (PDDIS)
- PROJETO BEIRA FOZ
- PLANOS RELATIVOS À BACIA HIDROGRÁFICA
- PROGRAMA REINVENTANDO FOZ
- PLANO DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS da TRÍPLICE FRONTEIRA
- PROGRAMA FOZHABITA
- PROGRAMA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS
- PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO

Áreas Prioritárias

→ PROPOSTAS DE DISCIPLINA (UNILA)

→ MÉTODOS GEOESPACIAIS

→ CRITÉRIOS

I. Integridade dos ecossistemas

II. Extensão das áreas

III. Fragmentação

IV. Presença de corredores biológicos

V. Heterogeneidade ambiental

VI. Redução do efeito de borda

VII. Manejo regional de reservas

VIII. Integração com a comunidade local

IX. Estado de sucessão

XI. Conectividade

XII. Situação agrária

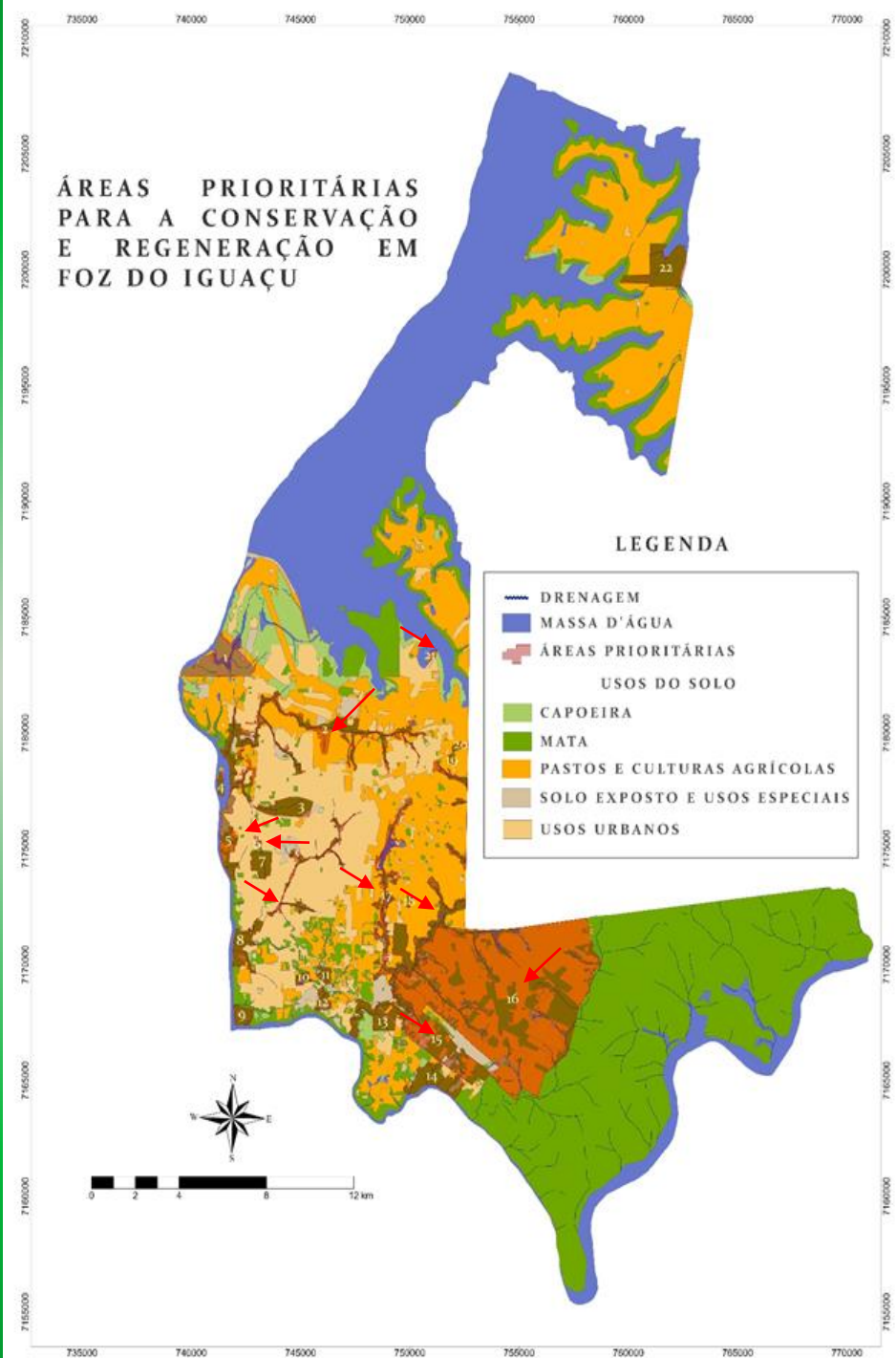
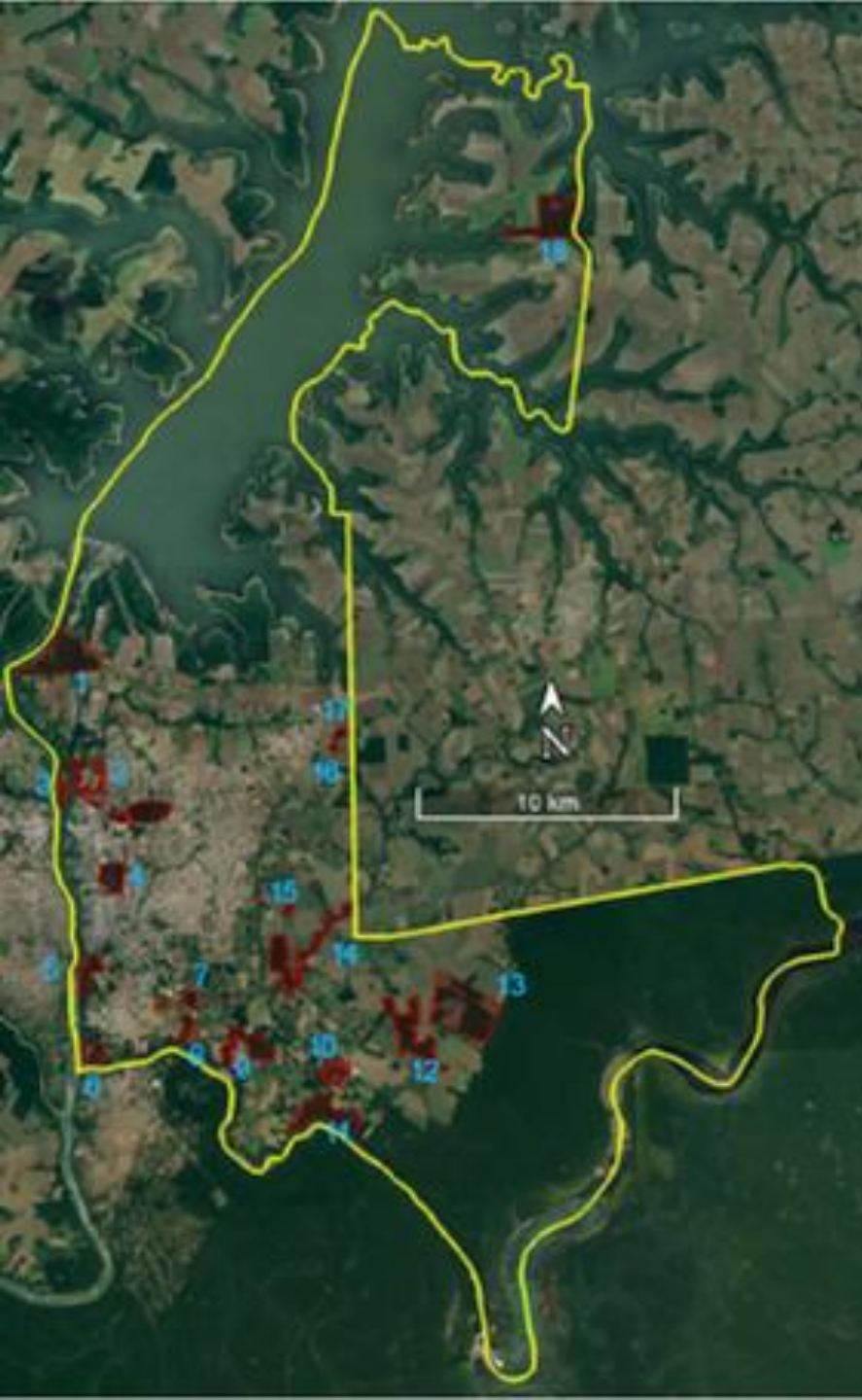
XIII. Áreas de risco e fragilidade

XIV. Presença de predador de topo de cadeia

XV. Capacidade de articulação com atividades econômicas

XVI. Proximidade com Parque Nacional do Iguaçu (PNI)

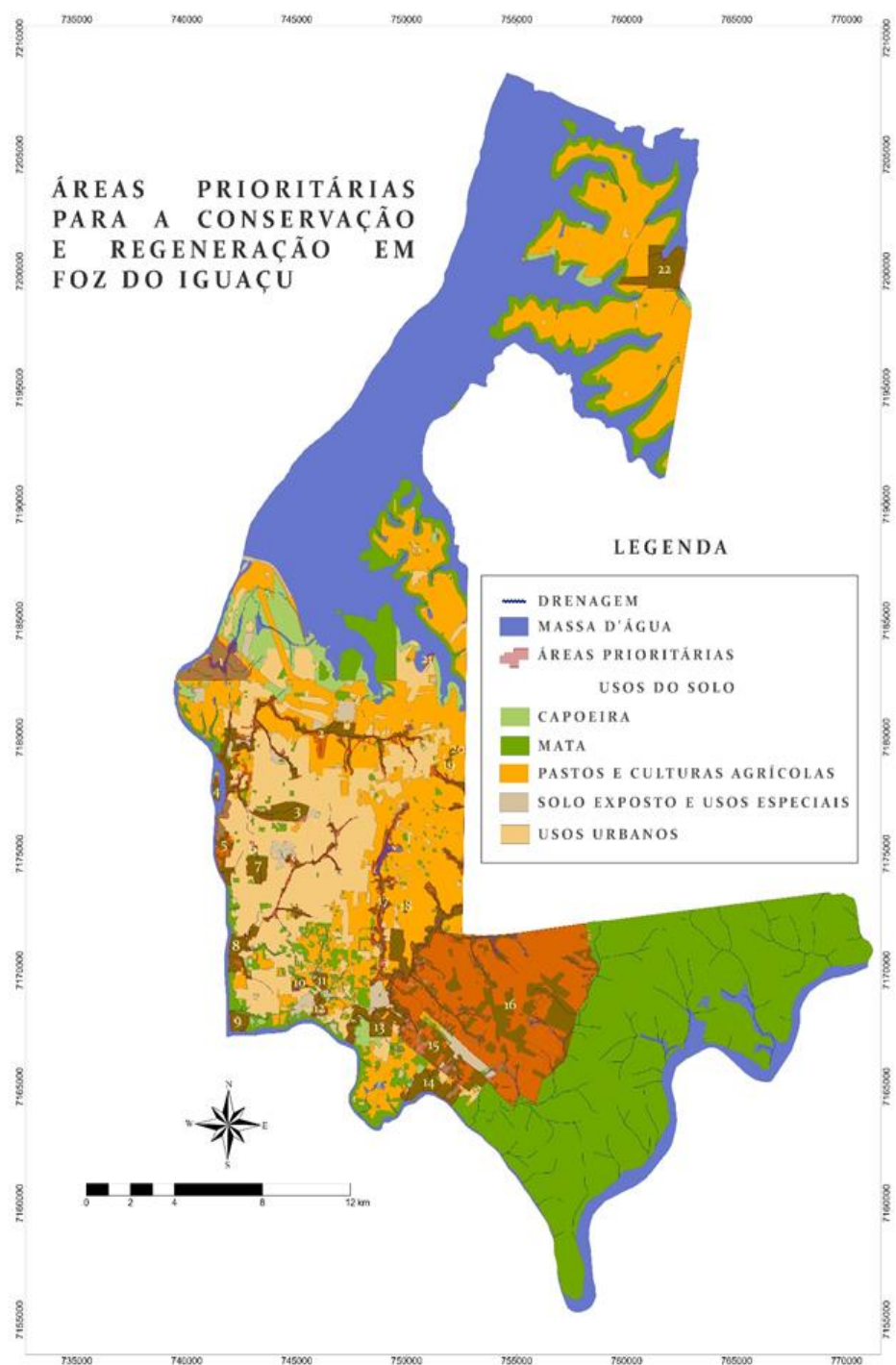






Áreas Prioritárias

- Conservação da biodiversidade nativa;
- Refúgios para fauna;
- Prestação de serviços ecossistêmico;
- Formação de corredores.



Áreas Prioritárias

Área 1 - Búgios

Localização: Região Norte

Propriedade: Itaipu

Necessidade: Conservação

Vocação: Manutenção de grande remanescente.



Áreas Prioritárias

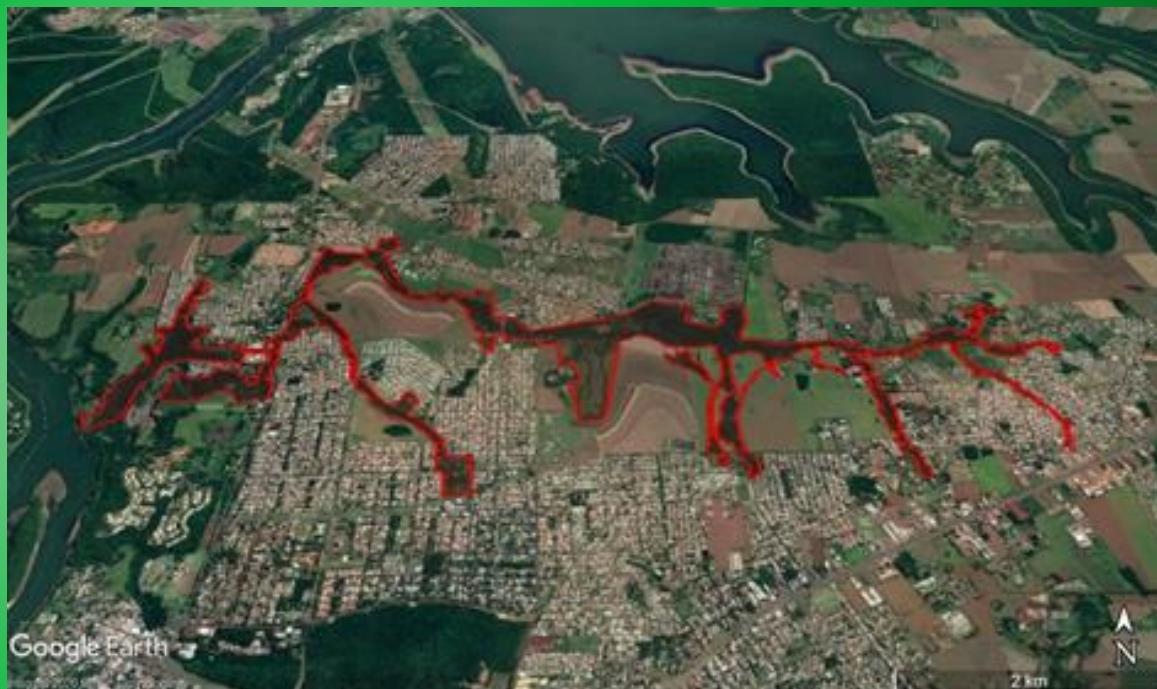
Área 2 - Rio M. Almada

Localização: Região Norte
(área urbana consolidada,
propriedades de uso rural)

Propriedade: Diversos
proprietários

Necessidade: Conservação e
recuperação

Vocação: Conservação de
recurso hídrico, conexão de
remanescentes, potencial
para pesquisa.



Áreas Prioritárias

Área 3 - Vila A e B

Localização: Região Norte

Propriedade: Itaipu, PMFI,
outros

Necessidade: Conservação

Vocação: Remanescente
em área urbana, pesquisa,
educação ambiental,
conexão entre
remanescentes.





Áreas Prioritárias

Área 4 - Ilha Acaraí

Localização: Rio Paraná

Propriedade: Marinha

Necessidade: Conservação

Vocação: Manutenção de remanescente



Áreas Prioritárias

Área 5 - Beira Rio

Localização: Extensão da Av. Beira Rio

Propriedade: Diversos propriedades

Necessidade: Recuperação e manejo de exóticas.

Vocação: Manutenção de remanescente em área urbana, proteção de recurso hídrico, paisagismo, manutenção de conexão da APP do rio Paraná.



Áreas Prioritárias

Área 6 - Parque Monjolo

Localização: Região Central

Propriedade: PMFI, outros proprietários

Necessidade: Conservação

Vocação: Manutenção área verde urbana, proteção de recurso hídrico, paisagismo, lazer.





Áreas Prioritárias

Área 7 - 34º Batalhão

Localização: Região Central

Propriedade: Exército

Necessidade: Conservação

Vocação: Manutenção área verde urbana, proteção de recurso hídrico.



Áreas Prioritárias

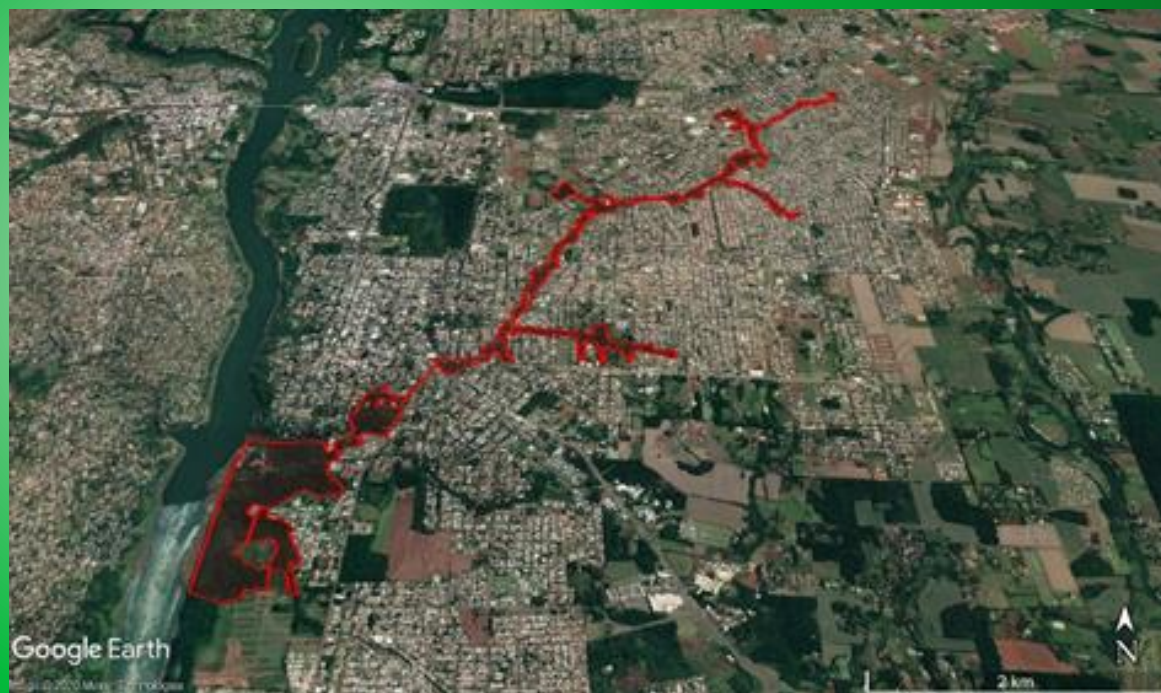
Área 8 - Rio Boicy

Localização: Extensão do rio Boicy e afluentes

Propriedade: Diversos proprietários

Necessidade: Recuperação

Vocação: Manutenção área verde urbana, proteção de recurso hídrico, lazer.



Áreas Prioritárias

Área 9 - Marco das três fronteiras

Localização: Área do marco das três fronteiras (região sul)

Propriedade: PMFI

Necessidade: Recuperação, Manejo de exóticas

Vocação: Manutenção área verde urbana, proteção de recurso hídrico, lazer, paisagismo, manutenção de conexão das APPs.





Áreas Prioritárias

Área 10- Horto Municipal

Localização: Horto municipal

Propriedade: PMFI, outros proprietários

Necessidade: Conservação, Manejo de exóticas

Vocação: Manutenção área verde urbana, proteção de recurso hídrico.





Áreas Prioritárias

Área 11- Região Dona Amanda

Localização: Região Sul

Propriedade: PMFI e outros proprietários

Necessidade: Conservação

Vocação: Manutenção remanescente, proteção de recurso hídrico.





Áreas Prioritárias

Área 12- Região Hotel Carimã

Localização: Região Sul

Propriedade: Diversos proprietários

Necessidade: Conservação

Vocação: Manutenção remanescente, proteção de recurso hídrico, conexão de remanescentes.





Áreas Prioritárias

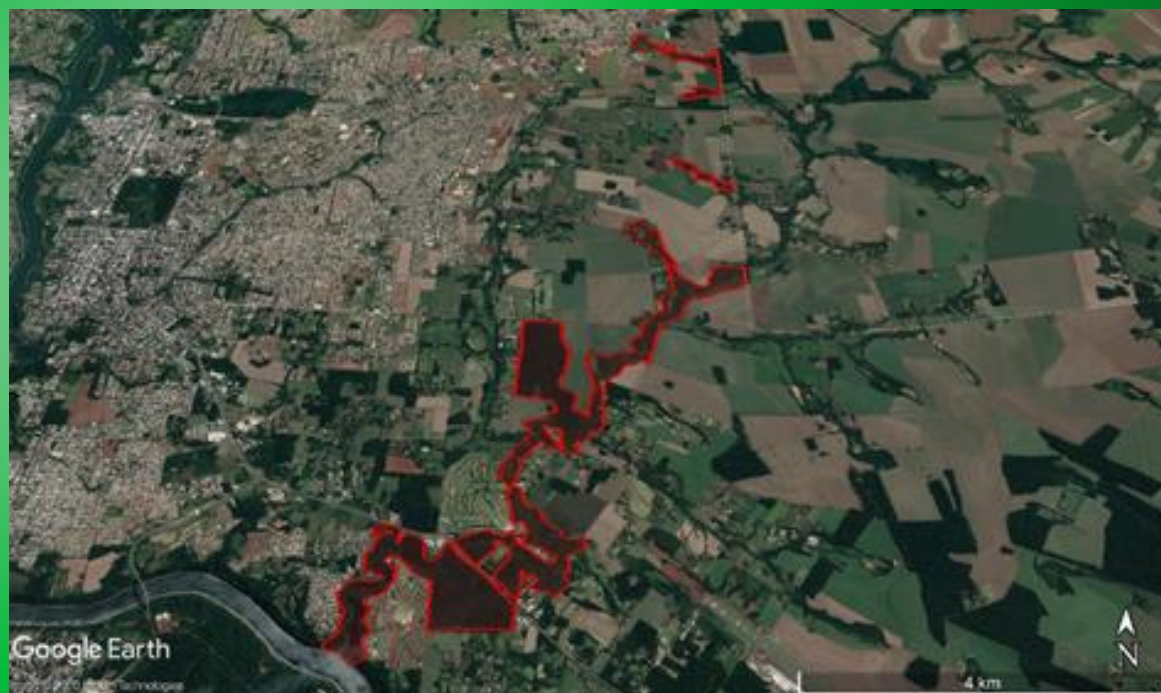
Área 13- Região Hotel Carimã

Localização: Extensão do rio Tamanduá e afluentes.

Propriedade: Diversos proprietários

Necessidade: Conservação

Vocação: Proteção de recurso hídrico, conexão de remanescentes.





Áreas Prioritárias

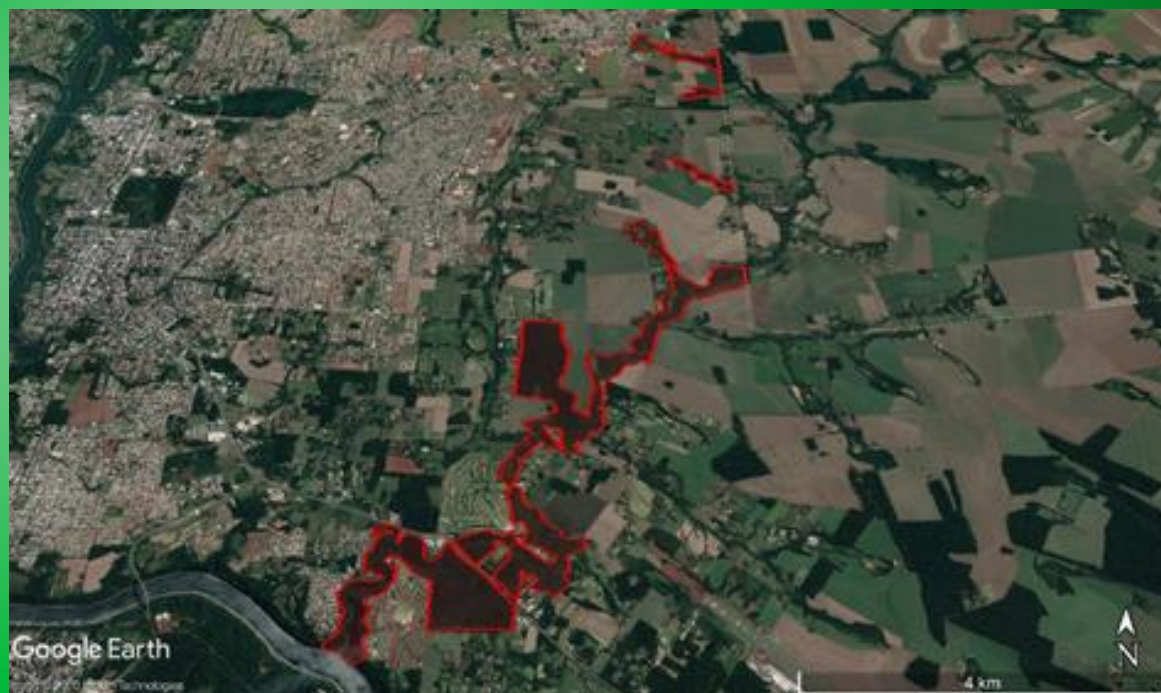
Área 13- Região Hotel Carimã

Localização: Extensão do rio Tamanduá e afluentes.

Propriedade: Diversos proprietários

Necessidade: Conservação

Vocação: Proteção de recurso hídrico, conexão de remanescentes.



Áreas Prioritárias

Área 14- Adjacente ao PNI I

Localização: Adjacente ao PNI e APP do Rio .

Propriedade: Diversos proprietários

Necessidade: Conservação

Vocação: Manutenção conexão de remanescentes, extensão de APP.



Áreas Prioritárias

Área 15- Adjacente ao PNI II

Localização: Adjacente ao PNI, entre as áreas 13 e 16.

Propriedade: Diversos proprietários

Necessidade: Conservação, recuperação.

Vocação: Conexão de remanescentes, extensão de PNI, práticas agroecológicas, paisagismo, lazer.





Áreas Prioritárias

Área 16- Adjacente ao PNI III

Localização: Área Rural.

Propriedade: Diversos
proprietários

Necessidade: Conservação,
recuperação.

Vocação: Conexão de
remanescentes, extensão de
PNI, práticas agroecológicas.





Áreas Prioritárias

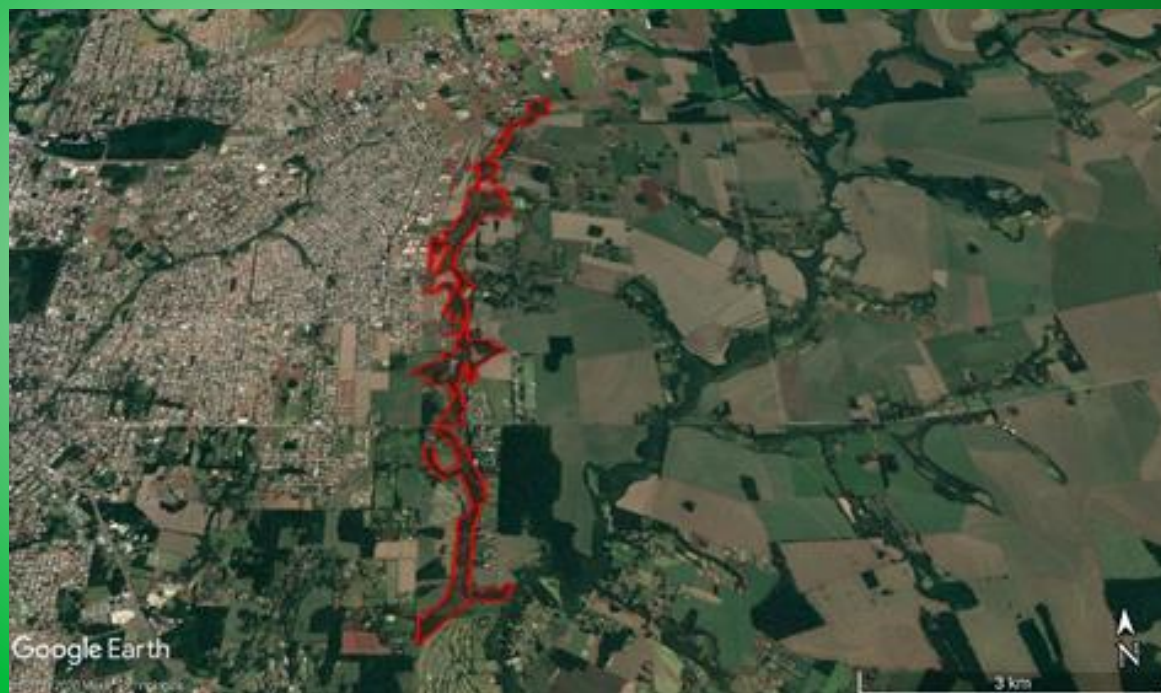
Área 17- Rio Tamanduazinho

Localização: Extensão do rio Tamanduazinho e afluentes.

Propriedade: Diversos proprietários

Necessidade: Conservação, recuperação.

Vocação: Proteção de recurso hídrico, conexão de remanescentes.





Áreas Prioritárias

Áreas 18, 19, 20

Localização: 18. Distrito Leste, 19 e 20. entrada da cidade

Propriedade: Privada

Necessidade: Conservação.

Vocação: Conexão e manutenção de remanescentes.





Áreas Prioritárias

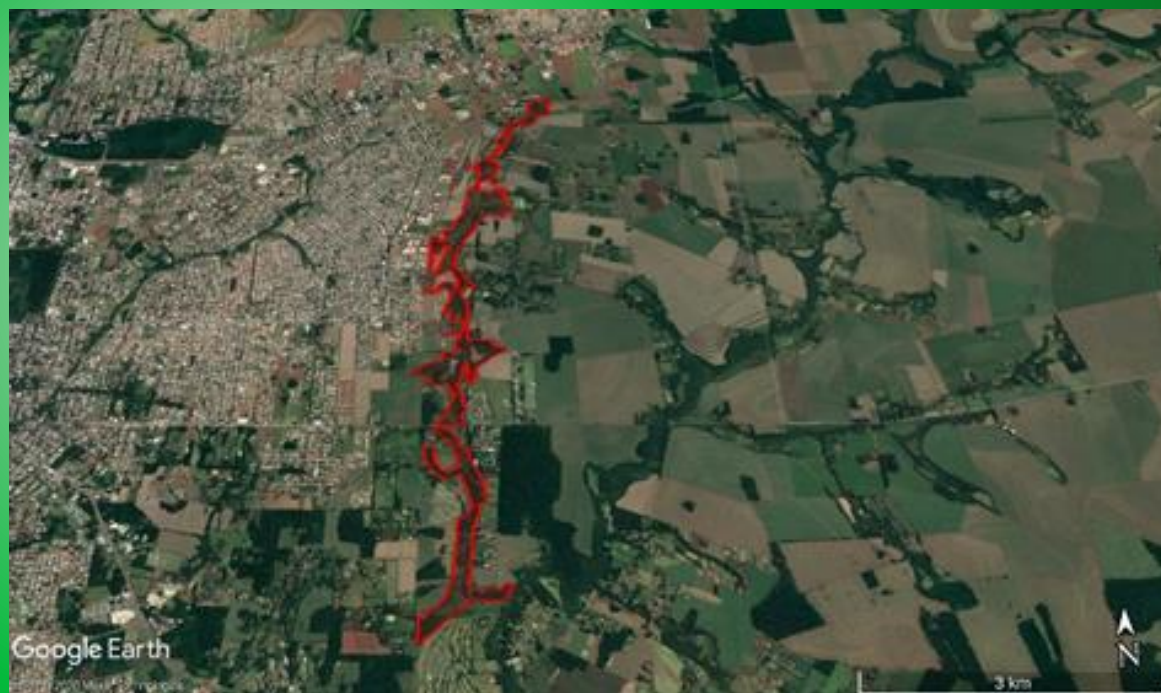
Área 21- Prainha Três Lagoas

Localização: Distrito Nordeste.

Propriedade: Município

Necessidade: Recuperação, manejo de exóticas.

Vocação: Paisagismo, lazer, proteção de recurso hídrico, conexão de remanescentes.





Áreas Prioritárias

Área 22- Bananal

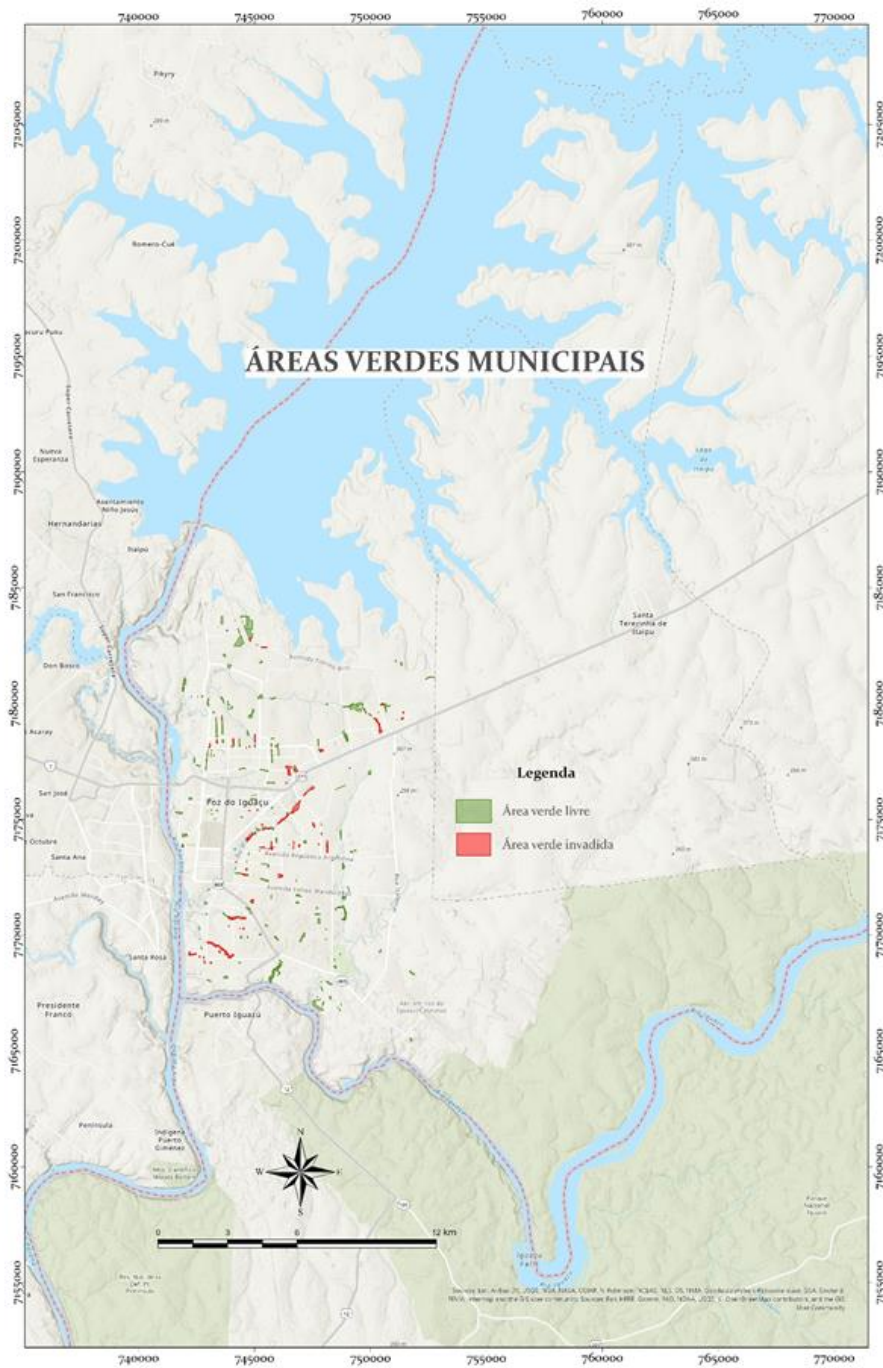
Localização: Bananal (região Nordeste).

Propriedade: Município

Necessidade: Recuperação, manejo de exóticas.

Vocação: Proteção de recurso hídrico, conexão, ampliação de remanescente.





Plano de Ação

Ação	Dificuldades	Consequência da não ocorrência	Gatilho	Resposta às dificuldades	Prazo
Eradicar os descartes de resíduos ao entorno e nas áreas prioritárias.	Continuidade de descartes e despejos de resíduos.	Prejuízos sobre as condições de reestruturação de habitats, da água, da qualidade do solo, prevenção sobre danos às dinâmicas de comunidades florísticas, faunísticas e à biodiversidade.	Gestão de resíduos contando com fiscalizações periódicas; Limpezas periódicas das áreas prioritárias e seus entornos, desempenhada por equipes responsáveis; Desenvolvimento de atividades de sensibilização das populações vizinhas às áreas prioritárias; Participação da população sobre o monitoramento e preservação das áreas prioritárias.	1) Implantação de programa de orientação ambiental; 2) Intensificação do programa de monitoramento.	Curto prazo.
Limpeza e recuperação das APPs inseridas nas áreas prioritárias.	Continuidade de despejo de efluentes em pontos não identificados, bem como das práticas de descarte de resíduos nas APPs.	Prejuízos sobre a qualidade ambiental e reestruturação de habitats, danos às dinâmicas de comunidades florísticas, faunísticas e à biodiversidade.	Mobilização de equipe responsável.	1) Implantação de programa de orientação ambiental. 2) Intensificação do programa de monitoramento.	Curto prazo.
Preservação dos aspectos relacionados ao solo nas áreas de recomposição.	Degradação da qualidade ambiental do solo nas áreas de recomposição; permanência de condições favoráveis à ocorrência de assoreamentos em afluentes inseridos nas áreas prioritárias.	Degradação da qualidade do solo e da água; Dificuldades no reestabelecimento dos estágios sucessionais da flora; Degradação das condições dos habitats terrestres e/ou aquáticos.	Sucesso no estabelecimento da vegetação primária e secundária em estágios médios a avançados de regeneração; Realocação das famílias inseridas nas APPs das áreas prioritárias.	1) Isolamento das áreas; promover a recomposição da mata ciliar; 2) Promover a realocação das famílias instaladas em APPs.	Curto, médio e longo prazo.

Continuação... Plano de Ação

Ação	Dificuldades	Consequência da não ocorrência	Gatilho	Resposta às dificuldades	Prazo
Formação de equipes responsáveis pela execução das atividades planejadas.	Equipe técnica insuficiente para a execução de ações planejadas.	Limitações na construção dos modelos de gestão, monitoramento e execução das ações pretendidas	Existência e atuação de equipes responsáveis definidas para a execução das atividades planejadas	1) Envolvimento de secretarias diversas da PMFI; 2) Estipular responsáveis e incumbências de forma prévia e organizada.	Curto prazo.
Promover a sensibilização e participação das populações inseridas ou próximas às áreas prioritárias por intermédio de programas de Educação Ambiental Formal e Não Formal.	Descontentamento das populações sobre intervenções nas áreas prioritárias.	Continuidade dos efeitos de degradação originados pela população local; adversidades sobre as questões de conservação.	Promoção de oficinas, palestras e demais estratégias de sensibilização e educação ambiental das populações residentes próximas às áreas prioritárias.	1) Estudar e propor alternativas; 2) Reuniões pontuais de gestão do problema; 3) Programa de Educação Ambiental Formal e Não Formal tendo como atores sociais as populações próximas às áreas prioritárias	Curto, médio e longo prazo.
Recuperação de áreas com ocupações humanas irregulares.	Ocupação humana irregular sobre as áreas prioritárias; Dificuldade sobre o relacionamento com os ocupantes.	Prejuízos operacionais (tempo, prazos, perdas de oportunidades).	Elaboração e execução de políticas públicas de reassentamento.	1) Negociar a realocação de moradores irregulares nas áreas; 2) Acionar os órgãos de segurança e Ministério Público.	Longo prazo.
Atenção sobre questões burocráticas e respectivos prazos.	Atrasos e/ou prejuízos por questões burocráticas	Possível perda de investimentos de organizações interessadas; Possível atraso sobre o cronograma.	Existência e atuação de equipes organizadas responsáveis, operando com metas e seu cumprimento dentro de prazos estabelecidos.	Organizar as equipes responsáveis, de modo a considerar as adversidades que possam vir a demandar tempo que incidam em riscos aos cumprimentos de prazos estabelecidos.	Curto, médio e longo prazo
Atenção sobre a necessidade de Licenças e os respectivos prazos	Possibilidade de atrasos físicos pela dificuldade na gestão de liberações de licenças ambientais necessárias	Atraso nos cronogramas.	Obtenção de licenças em tempo há-bil; Acompanhamento dos órgãos competentes sobre a possibilidade de embargo ou atraso na concessão de licenças, alvarás etc.	Interação rotineira com os órgãos responsáveis.	Curto, médio e longo prazo.
Cumprimento de prazos estabelecidos com investidores interessados.	Dificuldades nas relações com investidores interessados.	Descredibilização do programa; Favorecimento a possibilidades de cancelamentos de acordos e desistências por parte de investidores interessados.	Organização, execução de planejamentos, e respectivo cumprimento de prazos elaborados.	Organização e atenção sobre prazos estabelecidos.	Curto, médio e longo prazo.

Continuação... Plano de Ação

Ação	Dificuldades	Consequência da não ocorrência	Gatilho	Resposta às dificuldades	Prazo
Obtenção de anuência de proprietários de imóveis particulares inseridos em áreas prioritárias.	Não concordância por parte de proprietários de imóveis de domínios particulares inseridos em áreas prioritárias.	Prejuízos sobre a recuperação de espaços inseridos nas áreas prioritárias.	Conscientização e envolvimento dos proprietários, bem como de lideranças e representantes das comunidades em questão.	1) Elaborar propostas que visem a reconsideração de proprietários resistentes às negociações; 2) Estabelecer equipes responsáveis por conscientização e renegociações.	Curto, médio e longo prazo.
Formação de equipes habilitadas e designadas ao cumprimento das ações planejadas.	Ausência de profissionais habilitados; Indisponibilidade das equipes responsáveis para a execução das atividades planejadas; Necessidade de substituição de colaboradores.	Carência de responsáveis; Prejuízos sobre a programação	Incumbência prévia de equipes e responsáveis pelas execuções pretendidas.	1) Determinação prévia de atribuições/ incumbências, e cumprimento das designações atribuídas; 2) Substituição de profissionais capacitados em caso de necessidade de saída de membro de equipe.	curto prazo
Elaboração de lista oficial da biodiversidade do município	Carência de colaboradores; Insuficiência de recursos.	Listas de espécies com insuficiência de dados relevantes; Desconsideração de espécies com relevante importância conservacionista.	pesquisas bibliográficas; Parcerias e contato com profissionais e especialista	Ampliação das buscas por técnicos; Aumento sobre a dedicação de buscas por dados pouco ou ainda não divulgados publicamente. Curto a médio prazo.	Curto a médio prazo.

Monitoramento e Avaliação

Estratégia	Ação	Indicador	Metas	Avaliação
Estratégia 1: Monitoramento do plantio.	Geral: Monitorar periodicamente o desenvolvimento/crescimento das mudas; Monitorar e controlar a manifestação de doenças; Erradicar mudas contaminadas; Monitorar e controlar espécies exóticas invasoras; Monitorar e controlar espécies predadoras; Monitorar a taxa de sobrevivência	Persistência e vigor das mudas; Não contágio de doenças; Ausência de manifestação significativa de espécies exóticas invasoras ou competidoras significativamente danosas (ex.: braquiárias e demais gramíneas invasoras; leucenas; corda-de-violão etc.; Ausência de manifestação significativa de espécies predadoras (ex.: formiga-cortadeira); Evolução de estágios iniciais para seus sucessivos estágios secundários sucessionais de regeneração	Garantir a persistência sobre o desenvolvimento das mudas, de forma que os indicadores sejam identificados a cada avaliação.	Medição por amostragem da taxa de crescimento através do DAP e do alongamento do fuste; Presença ou ausência de sinais de predação nas folhas; Presença ou ausência de formigueiros; Manifestação ou não de espécies indesejadas; Quantificação da taxa de sobrevivência.
Estratégia 2: Monitoramento das áreas.	Promover o isolamento das áreas. Promover programas de Educação Ambiental à população.	Ausência de invasões humanas e trânsito de animais com porte ou comportamento danoso ao desenvolvimento das árvores.	Proteger as áreas contra invasão humana e de animais de porte ou comportamento danosos.	Ocorrência ou não de invasões.
Estratégia 3: Gestão de resíduos.	Monitorar as áreas quanto a possíveis despejos de inertes ou lixos domésticos; Promover educação ambiental para as populações próximas.	Ausência de despejos e resíduos nas áreas e em seus entornos; Equipe de fiscalização operando regularmente no local.	Garantir a limpeza das áreas; Combater práticas de despejos.	Presença ou ausência de inertes e lixos domésticos.
Estratégia 4: Controle da qualidade do solo.	Monitorar o pH do solo; Corrigir a acidez do solo, quando necessário	Ph do solo adequado conforme as avaliações	Controlar a acidez do solo.	Avaliação bimestral sobre amostras de solo.
Estratégia 5: Promover programas de Educação Ambiental Formal e Não Formal.	Desenvolver programa de Educação Ambiental em nível formal (instituições de ensino) e não-formal (comunidades próximas às áreas prioritárias).	Participação da comunidade em oficinas, encontros e demais estratégias do Programa de Educação Ambiental do PMMA;	Envolver, as instituições de ensino pertencentes as áreas prioritárias, no Programa de Educação Ambiental do PMMA; Promover o envolvimento da comunidade nas ações de EA do PMMA, promovendo o pertencimento comunitário.	atividades pelas instituições de ensino relacionadas ao PMMA; Desenvolvimento de ações comunitárias relacionadas ao PMMA: plantio, monitoramento das mudas; ausência de inertes ou lixo doméstico.

Parecer 01/2020 da Câmara Técnica Permanente de Fauna e Flora

Relativo: Plano Municipal da Mata Atlântica – PMMA

Interessado: Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA.

A Câmara Técnica de Fauna e Flora, nomeada na 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente em 21 de maio de 2020, tendo como integrantes: Anderson Cardozo Querino da Cooperativa dos Agentes Ambientais de Foz do Iguaçu – COAAFI; Marcelo Penayo de Melo da Associação de Desenvolvimento de Esportes Radicais e Ecologia - ADERE; Michel Varajão Garey da Universidade Federal da Integração Latino Americana – UNILA; Roseli Barquez Alves de Assis da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Pedro Fogaça do Instituto Conhecer para Preservar, reuniu-se no dia 30 de junho de 2020 às 09 horas para analisar e emitir parecer referente ao Plano Municipal da Mata Atlântica – PMMA, apresentado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O PMMA elaborado a partir do diagnóstico e considerações da Câmara Técnica de Meio Ambiente do Conselho de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu - CODEFOZ e demais instituições envolvidas, foi revisado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Nessa etapa de revisão, foram incluídas as estratégias de ação, monitoramento e indicadores. Guiada pelo diagnóstico apresentado, a equipe considerou conveniente adicionar áreas, além de ampliar e unificar algumas das áreas já propostas, resultando em 22 áreas. Foram incluídas ainda, informações relativas a planos e projetos municipais que tenham relação com o PMMA, e parte do diagnóstico foi atualizado. Após análise do documento pelos membros da Câmara Técnica foi sugerida a inclusão do manejo da vegetação exótica na região do Marco das Três Fronteiras, lado brasileiro de acordo com inventário realizado por Pedro Fogaça. A sugestão de inclusão foi aprovada pelos demais integrantes da CT, ficando a cargo do Pedro o envio das informações para integralizar no PMMA, a tempo da realização da 11ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente no dia 01 de julho de 2020. Todos os integrantes da CT se posicionaram a favor da aprovação do Plano Municipal da Mata Atlântica de Foz do Iguaçu, resultando no presente parecer a ser apresentado à plenária do COMAFI.

Foz do Iguaçu, 30 de junho de 2020.